

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A ÉTICA E A ÉTICA PROFISSIONAL NA
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE**

**THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE ABOUT ETHICS AND PROFESSIONAL ETHICS IN
GRADUATE GRADUATION IN SOCIAL WORK IN CONTEMPORARY TIMES**

Mônica Barros da Nóbrega¹
Sáskya Gonçalves de Lima²

Resumo: No presente artigo, buscamos discutir, brevemente, a partir de projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a produção de conhecimento na atualidade, no que toca à ética e à ética profissional nos programas de pós-graduação em Serviço Social do Brasil. Para isso, primeiro trilhamos um breve caminho histórico pela produção do conhecimento em Serviço Social, para contextualizar e demonstrar a importância dessa produção para a profissão, ainda mais que a fez se configurar como área do conhecimento. Em seguida, adentramos no debate da ética e da ética profissional, ressaltando a relevância do tema tanto para a formação quanto para o fazer profissional, encerrando o trabalho com as nossas considerações finais e referências utilizadas. Pretendemos fomentar a discussão acerca do tema exposto, pois acreditamos ser fundamental, principalmente no atual contexto em que vivenciamos a agudização do conservadorismo societal, com fortes repercussões para a profissão.

Palavras-chaves: Produção do Conhecimento; Ética; Ética Profissional; Serviço Social.

Abstract: In this article, we seek to discuss, in an introductory way, from the research project presented to the Graduate Program in Social Work at the State University of Paraíba (UEPB), the production of knowledge today in terms of ethics and professional ethics in programs postgraduate studies in Social Work in Brazil. For this, we first took a brief historical path through the production of knowledge in Social Work, to contextualize and demonstrate the importance of this production for the profession, even more so that it became an area of knowledge. Then, we enter the debate of ethics and professional ethics, emphasizing the chapel of the theme both for training and for professional practice, ending the work with our final considerations and references used. Fostering discussion on the above topic is fundamental, especially in the current context in

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Mestre em Serviço Social pela UFPB. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Docente vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Membro do Grupo de Estudo e pesquisa em Trabalho e Proteção Social - GETRAPs. ORCID: 000-0002-2981-4353. E-mail: monica.barros@servidor.uepb.edu.br.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UEPB. ORCID: 0009-0000-6302-2950. E-mail: saskyaliima@gmail.com.

which we are experiencing the heightened societal conservatism, with strong repercussions for the profession.

Keywords: Knowledge Production; Ethic; Professional ethics; Social Work

INTRODUÇÃO

O referido artigo, fruto de projeto de pesquisa apresentado para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), tem como objetivo apreender o debate existente acerca da ética e da ética profissional teses defendidas na pós-graduação em Serviço Social, disponibilizadas eletronicamente, na atual conjuntura de reforço dos valores e da moral conservadora, que interfere no desmonte de direitos e precarização do trabalho, principalmente no contexto de pandemia da Covid-19, em que o negacionismo com relação à ciência se tornou tão preponderante.

Também se faz necessário considerar o contexto capitalista e suas expressões na sociedade, que repercutem no mundo do trabalho, nas políticas sociais, na produção de conhecimento, nos modos de vida, e nas formas de sociabilidade, desafiando os diversos tipos de trabalho, incluindo o do/da assistente social.

O Estado, maior provedor de políticas sociais com as quais o/a assistente social trabalha, configura-se, na sociedade capitalista, como um instrumento que atende aos ditames da classe dominante, eximindo-se dos seus deveres com a classe trabalhadora, favorecendo, assim, a acumulação capitalista.

Neste contexto, a produção de conhecimento constitui-se como uma batalha das ideias, conforme comenta Ianni (2004). Para Lowy (1994, p.202) a luta de classe envolve, necessariamente, a luta do conhecimento, das concepções e da desmistificação. Para o autor, "revelar ou ocultar a realidade objetiva é uma arma poderosa no campo da luta de classes".

O Serviço Social, em sua gênese, não é dotado de uma teoria científica. Esta só vem ser incorporada pela profissão nos anos 1940, a partir dos estudos da norte-americana Mary Richmond e de sua aproximação com a teoria positivista, de cunho liberal. Entretanto, para o Serviço Social se consolidar, nos dias de hoje, como uma efetiva área do conhecimento, produtora desse saber, uma longa jornada de disputas e tensões entre projetos profissionais distintos foi realizada e, apesar de hegemonicamente estarmos inseridos em uma perspectiva

crítica tanto de produção do conhecimento quanto de aparelhos normativos da profissão - a exemplo do próprio Código de Ética Profissional de 1993 -, isso não quer dizer que essas disputas tenham se extinguido, afinal, continua a luta pela permanência de uma formação acadêmica-profissional crítica e de qualidade.

Com base nisso, afirmamos que é entre as décadas de 1970 e 1980 que o Serviço Social brasileiro, através da criação dos programas de pós-graduação na profissão, começou a se consolidar como uma profissão que também pode ser produtora de conhecimento. Segundo Lima (2020), o período ficou marcado como o momento de maturação intelectual da profissão, principalmente por conta da adoção do materialismo histórico-dialético para tecer os estudos e pesquisas no Serviço Social.

Fundamentando-nos na teoria social crítica, na perspectiva da totalidade, categoria esta que se expressa nas múltiplas expressões da realidade, auxiliando-nos a compreendê-la através de aproximações sucessivas do real, buscaremos apreender a ética e a ética profissional no movimento da história, ancorada na razão dialética, na busca pela ultrapassagem da superficialidade, com vistas a alcançar a essência do objeto estudado.

A ética, segundo Barroco (2018), configura-se como ação prática dotada de moralidade que extrapola o *dever-ser* e se coloca como uma práxis, o que supõe uma prática concreta e uma reflexão ético-crítica. Ainda de acordo com a autora, a ação da ética é dada pela liberdade, compreendida ontologicamente como uma capacidade humana inerente ao trabalho, pondo em movimento capacidades essenciais do ser genérico como a sociabilidade, universalidade, consciência e liberdade, que são categorias ontológico-sociais.

Já a ética profissional "é um modo particular de objetivação da vida ética", sendo "permeada por conflitos e contradições e suas determinações fundantes extrapolem a profissão, remetendo as condições mais gerais da vida social" (Barroco, 2018, p. 67; 69).

Portanto, o debate sobre a ética profissional ganhou destaque no final dos anos 1970, em decorrência das profundas mudanças teórico-metodológicas que se expressavam no Serviço Social. Ele se fortaleceu no meio profissional na década seguinte, com a aprovação do Código de Ética Profissional de 1986 e posteriormente do Código de Ética de 1993.

Todas as expressões citadas anteriormente são também conquistas da época, em que o Brasil saía de um regime totalitário, em meio às lutas da sociedade em prol da democracia e da reconquista de direitos retirados durante o então regime. Logo, começam também as

iniciativas das entidades da categoria profissional, a exemplo do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em busca da construção de um projeto profissional alinhado aos interesses da classe trabalhadora, explicitando a crítica ao conservadorismo profissional e societal que permeou a profissão desde a sua gênese.

A atual conjuntura social, política, econômica e cultural, agravada pela pandemia da Covid-19, conforme dito anteriormente, em que valores éticos progressistas estão sendo colocados à prova, com o negacionismo do saber científico se alastrando no meio social e o fortalecimento do ideário conservador, coloca a ética como um tema importante a ser debatido. Além disso, a escassez de produções na literatura especializada, a exemplo de poucos livros acadêmicos que tratam do tema, torna urgente a realização de produções de conhecimento sobre a temática, dada a sua importância para a formação acadêmico-profissional e para o próprio movimento da sociedade.

A ética é um campo complexo do conhecimento e uma capacidade humana fundamental para enfrentarmos um dos maiores desafios da contemporaneidade, que é qualificar a direção social de nossas ações ao defendermos a liberdade, a democracia e os direitos humanos, enquanto princípios fundamentais defendidos, dentre os 11 (onze), pelo Código de Ética Profissional de 1993.

A liberdade, citada no Código, é tida como valor ético central. De acordo com Netto (2013), é a consideração de uma categoria histórica, logo a concepção de liberdade se transforma ao longo da história, impedindo que se tenha uma apreensão única, legítima e verdadeira para todos os tempos históricos e para todas as sociedades. Para o autor, como comparece no Código Profissional de 1993, a liberdade funda todos os outros princípios fundamentais.

A defesa do aprofundamento da democracia, dos direitos humanos e a recusa ao arbítrio e autoritarismo são princípios do Código de Ética que estão entrelaçados com o conceito de liberdade que defendemos como profissionais. Enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, essa defesa da democracia ultrapassa, conforme Teixeira (2003), a limitada democracia liberal em seu conteúdo formal que está condicionada ao voto.

Já a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo, temos com Ruiz (2013, p. 33) que os, "direitos humanos são mais que as leis" , na perspectiva do Código Profissional de 1993 "propugna uma sociedade igualitária e libertária, ancorada nas necessidades humanas. Enfim, ainda conforme o autor citado, os direitos humanos estão acima de cada modo de produção, sendo necessários a sociedade como um todo.

UM BREVE DEBATE SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

Uma das maiores conquistas do Serviço Social brasileiro, em seus mais de oitenta anos, foi se constituir como uma área do conhecimento, um solo fértil para a produção do conhecimento, principalmente ancorado em uma matriz crítica, que nos auxilia a apreender a realidade sobre a perspectiva de totalidade.

Entretanto, antes de assumir uma postura hegemonicamente crítica, o Serviço Social passou por um longo processo. Em sua gênese, não se teve nenhuma teoria científica para subsidiar o exercício profissional, na realidade, a formação acadêmico-profissional era fundamentada na Doutrina Social da Igreja (com as encíclicas *Rerum Novarum*, de 1891, escrita pelo Papa Leão XIII; e a *Quadragesimo Anno*, de 1931, escrita pelo Papa Pio XI) e no neotomismo. Somente nos anos 1940, houve um aprimoramento técnico no Serviço Social, período em que a atuação norte-americana nessa área do conhecimento dominou a formação acadêmico-profissional brasileira, ancorada na teoria positivista.

Com o Movimento de Reconceituação nos anos 1960, em toda a América Latina, as portas para novas teorias foram abertas para o Serviço Social, marcando a época como uma grande interlocução entre os saberes e de substancial importância para a produção do conhecimento na profissão. De acordo com Faleiros (1987, p. 51): "Esse movimento reflete as contradições e confrontos das lutas sociais onde embatem tendências de conciliação e de reforma com outras de transformação da ordem vigente no bojo do processo revolucionário e ainda com outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação".

Segundo Netto (2015), o Movimento de Reconceituação latino-americano tomou características particulares no Brasil, no que ele denominou de Renovação do Serviço Social, apontando três vertentes existentes nele, sendo elas: Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura. Esta última proporcionou o rompimento com o Serviço

Social tradicional, o que deu uma nova guinada à produção do conhecimento na área, ao adotar-se o materialismo histórico-dialético como teoria central para tecer os estudos.

Um dos marcos desse momento é o livro "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica" de autoria de Marilda Lamamoto e Raul de Carvalho, que recupera a história do Serviço Social até o então momento sob um viés crítico. Assim, durante os anos 1970 e 1980, vão ser constituídos no Brasil os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), consolidando o Serviço Social como profissão e área do conhecimento. Importante salientar que, de acordo com Netto (1989), o Serviço Social não é uma teoria, mas, sim, uma profissão que ganhou o *status* de área do conhecimento por conta da valiosa produção que vem tecendo durante os últimos anos.

Sendo assim, a pesquisa no Serviço Social é fundamental para o fomento da produção do conhecimento na área. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é a entidade responsável pela coordenação e articulação do projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação (ABEPSS, c2023).

A ABEPSS foi criada em 1946, sendo inicialmente denominada de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), uma década após a criação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, na PUC-SP no ano de 1936. Sua nomenclatura foi alterada para dar substância à indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, o tripé fundamental das universidades públicas brasileiras. De acordo com a página da ABEPSS (c2023), um marco na história da entidade foi a Convenção de 1979, após o Congresso da Virada no mesmo ano, quando a associação assumiu a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional. Assim, a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, veio a atender às novas demandas com o surgimento dos programas de pós-graduação.

Atualmente, a ABEPSS conta com Grupos Temáticos de Pesquisa (os GTPs) e com a Revista *Temporalis*, importante veículo de divulgação de artigos com temáticas pertinentes ao Serviço Social. A entidade é de extrema importância para o fortalecimento e luta da categoria profissional, juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), o CFESS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Assim, a consolidação da pós-graduação, a nível tanto nacional quanto profissional, demonstra a importância das pós-graduações para o fomento da pesquisa na área. Nesse

sentido, Guerra (2011) aponta que, para podermos apreender os desafios e possibilidades da pós-graduação em Serviço Social, temos que olhar para o movimento da história, seus avanços e recuos com relação à política educacional. A autora continua seu artigo, enfatizando a importância da pesquisa, principalmente na formação de docentes e da massa crítica profissional. Além disso, ela afirma que a procura pela pós-graduação em Serviço Social extrapola a própria área, chamando a atenção de candidatos de áreas afins que desejam discutir criticamente o capitalismo contemporâneo e suas formas de enfrentar as expressões da questão social. Assim, Guerra (2011, p. 146) comenta que:

[...] Vêm também formando a massa crítica inserida na formulação e implementação de políticas sociais, nos conselhos de direitos, nas organizações não governamentais e, ainda que em menor incidência, nos movimentos sociais. Os Programas encontram-se bem estruturados com disciplinas apresentando conteúdos e bibliografia atuais e em conexão com as áreas de concentração e linhas de pesquisa. Ressalta-se que a procura pelos nossos Programas extrapola a área de Serviço Social: muitos dos candidatos que os procuram são de áreas afins e estão interessados num debate crítico que se faz em torno do capitalismo contemporâneo e suas formas de enfrentar a chamada questão social.

Os ganhos adquiridos desde os anos 1980 até os dias atuais não foram feitos sem tensionamentos. A categoria conquistou sua maturidade teórica, com base crítica e de totalidade, porém o conservadorismo, o positivismo, a fenomenologia e, mais recentemente, a teoria pós-moderna são perspectivas que tentam disputar a hegemonia da base crítica. Por isso, é de fundamental importância reafirmar o nosso compromisso teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo com a perspectiva crítica, fonte de importantes pesquisas na área.

Mota (2019), ao tratar do neoconservadorismo no âmbito da pesquisa e da produção do conhecimento, aponta para uma problemática atual que existe na profissão: os que dissociam a teoria da prática, supondo que a teoria apreendida durante a trajetória acadêmica é inviável no campo profissional. Assim, a autora rebate, ao afirmar:

[...] Seus apologistas esquecem ou desconhecem que o exercício profissional se referencia em categorias teóricas para compreender os macroprocessos sociais, mas mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dão a efetivação de programas, políticas e projetos sociais (MOTA, 2019, p. 173).

Dissociar teoria e prática é praticamente impossível, pois, se o profissional não consegue aplicar os conhecimentos adquiridos na academia no seu fazer profissional, provavelmente está aplicando uma outra teoria que diverge da teoria social-crítica. Por isso a importância de uma formação-acadêmica profissional permanente, que dialogue com a academia e com a produção do conhecimento que esteja sendo feita não só nela, mas também por outros colegas de profissão em seus espaços de trabalho. A obtenção de conhecimento é constante, assim como a sua produção.

A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A ÉTICA E A ÉTICA PROFISSIONAL

No Serviço Social, a temática da ética torna-se emergente no debate profissional nos anos 1990, especificamente entre 1992 e 1993. O contexto para a importância dessa temática se dá no então surgimento do neoliberalismo no país e os impactos por ele causados, o que levou Sousa (2016, p. 279) a colocar as seguintes perguntas: “[o neoliberalismo e seus impactos] demandam a resposta a um questionamento central: como viabilizar o compromisso profissional em condições tão adversas? E, do ponto de vista da ética, como traduzir os valores na particularidade da ação profissional?”. Para responder a esses questionamentos, recorre-se à interlocução com a obra de Lukács, na medida em que se necessita de um debate no sentido da determinação teórico-política, referindo-se exatamente à defesa do trabalho (SOUSA, 2016).

Um dos principais autores para se discutir a temática da ética na perspectiva marxista, o filósofo húngaro György Lukács, mostra, através de suas obras, a indagação ético-moral que percorre sua trajetória política e filosófica, apresentando nuances diferenciadas de acordo com a sua evolução nos processos históricos (SOUSA, 2016).

A obra de Lukács, no período de 1919 a 1923, foi marcado por uma perspectiva “ética messiânica e voluntarista”. Em 1923, ele desvela as contradições do marxismo vulgar, resgatando o método crítico-dialético. É só em sua última fase intelectual, no período de 1965 a 1971, que, ao escrever “Estética”, ele se propõe a uma redação da Ética, afirmando que ela só pode ser construída a partir de uma ontologia (BARROCO, 2018).

A ética é elaborada a partir do momento em que o ser humano se constrói como ser social. Barroco (2009, p. 20) expressa isso ao afirmar que “a ética – entendida como modo de

ser socialmente determinado – tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social”. Ou seja, indica-se que o ser social surge na natureza, porém sua historicidade e sua capacidade de transformar a si e a natureza e realizar o trabalho o tornam também capaz de construir a ética.

Com o trabalho, surge a sociabilidade, o que implica “a (re)criação de necessidades e formas de satisfação, do que decorre a transformação do ser social e do mundo natural [...]” (BARROCO, 2018, p. 38). Dessa sociabilidade é que surge a moral, como uma necessidade de regulamentar as relações entre os indivíduos, através da criação de costumes que podem ser mutáveis, de acordo com o movimento da história.

Nesse sentido, continua Barroco (2009, p. 20): “o ser social fundamenta-se em categorias ontológicas-sociais, pois os modos de ser que o caracterizam são construções sócio-históricas que se indeterminam de forma complexa e contraditória, em seu processo de constituição”.

É importante salientar que ética e moral não são a mesma coisa. A moral é definida como um conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes e valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social, enquanto a ética é definida como a ciência do comportamento moral, que busca explicar, compreender, justificar e criticar a moral ou as morais de uma sociedade, sendo a ética filosófica e científica (Copello *et al.*, 2019). Entretanto, apesar de terem seus significados particulares, destacamos que a ética faz a reflexão crítica da moral, sendo uma capacidade humana e tendo uma dimensão prática, visto que influencia o comportamento humano.

No cotidiano, a moral se enraíza de forma acrítica, dada a imediaticidade e espontaneidade características desse espaço. Segundo Agnes Heller (2000), a vida cotidiana é do indivíduo, ser genérico, e é em grande medida heterogênea. Além disso, é permeada de preconceitos, de ideias preconcebidas, o que acarreta comportamentos ultrageneralizadores, repleto de estereótipos. Sendo assim:

Na cotidianidade, a moral tende a se objetivar de modo alienado, reproduzindo julgamentos de valor baseados em juízos provisórios, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual. Ao repetir comportamentos orientados por estereótipos e preconceitos, o indivíduo se empobrece moralmente, abrindo caminho para o moralismo e para a adesão acrítica ao *ethos* dominante (BARROCO, 2009, p. 9).

Dessa forma, a vida cotidiana se torna um campo de reprodução da alienação e de preconceitos, por seu pragmatismo e necessidade de respostas imediatas, que não permite aos indivíduos se aprofundarem nas demandas que são apresentadas, demonstrando a sua superficialidade. Porém, vale salientar que o cotidiano também pode despertar a possibilidade da “transgressão ao instituído socialmente” (CARDOSO, 2013, p. 49), pois as respostas aos problemas apresentados na realidade e nos sujeitos estão na própria esfera cotidiana. Assim, o preconceito e a discriminação são vistos como alienação moral, por adotar posturas antiéticas com relação às diferenças, típicas da sociedade plural em que vivemos.

No que tange à ética profissional, temos que ela se expressa como uma das dimensões do próprio Serviço Social, objetivando-se na prática profissional como ação moral, normatizando deveres e valores através do Código de Ética, a partir de teorias que fundamentam a reflexão e a intervenção como ações éticas e políticas. Destaca-se que a sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos, pois não são formas puras, nem absolutas.

Assim, a nossa ética profissional se objetiva no Código de Ética. O Serviço Social teve em toda a sua trajetória cinco Códigos de Ética, cada um respondendo ao tempo histórico em que foi elaborado. Partindo do primeiro, de base neotomista, até o que está em vigor atualmente, de base marxista, a profissão escreveu uma longa caminhada no movimento dialético da história.

A gênese do Serviço Social brasileiro é dada na década de 1930, em decorrência da fase monopolista do sistema capitalista. Assim, para que ela ocorresse em pleno funcionamento, fez-se necessário a presença de um profissional que enfrentasse as expressões da questão social decorrentes dessa nova fase exploratória. Entretanto, o enfrentamento da questão social nesse começo não se deu através de uma teoria científica, mas, sim, pelo neotomismo, Doutrina Social da Igreja, já que a atuação do profissional do Serviço Social na época era feita de forma caritativa, segundo a qual a questão social era entendida como problema de ordem social e religiosa, e não como consequência do próprio sistema capitalista.

É nesse contexto que, em 1947, é estabelecido o primeiro Código de Ética Profissional. Barroco e Terra (2012, p. 43) registram que: neotomismo – base da Doutrina Social da Igreja Católica – influenciou o Serviço Social desde a sua origem, seja na formação profissional, nas disciplinas de Filosofia e Ética, em sua fundamentação filosófica e valorativa tal como aparece nos Códigos de Ética, seja

em outros documentos que marcaram posicionamentos éticos da profissão, por exemplo, o Documento de Araxá, de 1967.

O segundo Código de Ética, de 1965, deu prosseguimento ao neotomismo, porém introduzindo valores liberais da matriz positivista (a exemplo do pluralismo), entrando em consonância com o contexto de modernização conservadora, nomenclatura posta por Netto (2015). Dez anos depois, o terceiro Código de Ética (1975) foi instituído, suprimindo "as referências democrático-liberais do Código anterior" (BARROCO; TERRA, 2012, p. 45), afinal, o Brasil estava no auge da Ditadura Militar e, reconhecendo o Serviço Social no movimento da história, seguiu-se a postura de censura e disciplinamento do Estado.

O que podemos perceber, então, é que os primeiros Códigos de Ética Profissional, apesar de terem as suas singularidades dadas a cada período histórico em que eles foram normatizados, possuem semelhanças como o conservadorismo, a influência da Igreja Católica e uma concepção a-histórica da realidade. Entretanto, uma diferença fundamental entre ambos é o pluralismo, que aparece no CEP de 1965 anunciando as diferentes concepções existentes e em 1975, esse fator é totalmente apagado.

Finalmente, em 1986, o novo Código de Ética Profissional rompeu com a hegemonia d conservadorismo profissional, acompanhando o movimento da história que repercutia o fim da Ditadura Militar brasileira. Rompeu-se com a imparcialidade, até então histórica na profissão, para ter uma direção política clara: a classe trabalhadora. De acordo com Barroco e Terra (2012, p. 48):

O conjunto das conquistas efetivadas no CE de 1986 pode assim ser resumido: o rompimento com a pretensa perspectiva "imparcial" dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de "pessoa humana"; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído.

Em sua introdução, o referido CEP já salientava as transformações na sociedade brasileira da época e enfatizava a importância de o Serviço Social acompanhá-las, em consonância com uma perspectiva macrosocial de estudar a realidade. Além disso, ele foi o resultado de um amplo processo de trabalho conjunto, iniciado três anos antes, o que demonstra a importância das categorias profissionais (a exemplo, na época, do Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS - e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais - CRAS) para a construção de uma profissão organizada coletivamente.

Os ganhos nos anos 1980 foram de extrema importância para a consolidação da imagem e produção científica no Serviço Social até os dias atuais. O Congresso da Virada, realizado em 1979, foi um dos primeiros precursores para isso, aliado à adoção do materialismo histórico-dialético (que originou a produção do livro "Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica", de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho), conforme dito anteriormente, e ao Código de Ética de 1986. Entretanto, como somos seres históricos em constante movimento, esses ganhos não ficaram livres de serem pomenorizados ou destruídos.

Em 1993, ocorreu a reformulação do atual Código de Ética, com a tentativa de enfrentar a onda neoliberal que adentrou o país. Para essa reformulação, buscou-se colocar como suporte as bases ontológicas no pensamento de Marx, inscrevendo valores no âmbito da práxis. Vale salientar que, no cenário nacional, o Brasil passava pelo processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, fato que impulsionou o debate sobre a ética na sociedade, o que demonstra mais uma vez o Serviço Social no movimento histórico da sociedade.

A ética profissional não está isenta de tensionamentos e conflitos, afinal, ela está inserida em um contexto de sociedade de classes, em que a moral dominante é da burguesia, que vai diretamente de encontro com o projeto profissional emancipatório defendido hegemonicamente pelo serviço social. O próprio cotidiano está eivado dos ideais burgueses e, remar contra a maré, se torna fundamental para que a ética encontre sua natureza de práxis voltada para a liberdade, pois, "(...) em termos éticos significa não compactuar com a reprodução de valores que neguem os direitos humanos e sociais, nem se omitir diante de injustiças e opressões e discriminações" (BRITES; BARROCO, 2022, p. 120).

A defesa dos direitos humanos é um dos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993. A sociedade burguesa obriga a existência deles, dadas às condições sociais impostas que não asseguram os direitos básicos. Entretanto, o fato anteriormente exposto não o isenta de ser espaço de contradições. Ao mesmo tempo que são necessários, principalmente para a população usuária dos serviços prestados profissionalmente, o caráter de universalidade dos direitos acaba sendo contraditório na sociedade capitalista, fundada na desigualdade estrutural. Contudo, Barroco e Terra (2012) reconhecem os seus limites, mas enfatizam que

esses limites não devem levar à negação absoluta, pois os direitos humanos podem ser utilizados como estratégia de resistência.

Com isso, vemos que a ética profissional não beneficia somente os/as assistentes sociais, mas também protege as suas relações profissionais, principalmente com a população usuária. Um exemplo disso é o sigilo profissional, materializado no Código de Ética em seu artigo 16, que estipula que o "sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional" (CFESS, 1993, p. 35).

É importante salientar que a ética profissional atual não está isenta de tensionamentos e conflitos, afinal, ela está inserida em um contexto de sociedade de classes, em que a moral dominante é a da burguesia, que vai diretamente de encontro com o projeto profissional emancipatório defendido hegemonicamente pelo Serviço Social. O próprio cotidiano está eivado dos ideais burgueses e "remar contra a maré" se torna fundamental para que a ética encontre sua natureza de práxis voltada para a liberdade, pois "[...] em termos éticos significa não compactuar com a reprodução de valores que neguem os direitos humanos e sociais, nem se omitir diante de injustiças e opressões e discriminações" (BRITES; BARROCO, 2022, p. 120).

O projeto ético-político profissional foi germinado no seio das transformações societárias dos anos 1980 e 1990, expressando um esforço coletivo da categoria profissional que se fez em meio à correlação de forças políticas. Com uma direção política definida em prol da classe trabalhadora, o projeto ético-político se materializa nos seguintes documentos: o Código de Ética de 1993, as Diretrizes Curriculares de 1996 e a Lei de Regulamentação da Profissão, sancionada no ano de 1993.

Para compreender melhor a importância do projeto ético-político, é válido destacar, mesmo que brevemente, que ele está inserido em uma disputa de projetos societários, mais especificamente entre um projeto de sociedade emancipatório e um projeto de sociedade burguês. O projeto ético-político tem reconhecidamente como valor central a liberdade, o que o atrela a um projeto de sociedade sem autoritarismo, sem censura, emancipatório e igualitário, que busca a construção de uma nova ordem social. Ou seja, de acordo com Netto (1999), os projetos profissionais, como é o caso do projeto ético-político, apresentam-se como autoimagem de uma profissão, elegendo valores que a legitimam perante a sociedade.

Sistematizando, os elementos constitutivos do projeto ético-político profissional, elencados por Teixeira e Braz (2009, p. 7-8), são:

a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos; b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora; c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

Diante do exposto, percebemos que a temática da ética, e conseqüentemente da ética profissional, é de grande relevância no contexto profissional, principalmente por ser transversal a qualquer área de discussão e pesquisa no Serviço Social. Entretanto, em uma primeira aproximação com as dissertações e teses dos primeiros programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, já notamos a escassa produção de conhecimento sobre a temática aqui apresentada.

Em um primeiro momento da pesquisa exploratória, fizemos um levantamento de teses sobre a temática nos primeiros programas de pós-graduação de Serviço Social com doutorado, sendo eles: Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP (1991), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP (1991), Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1994), Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS (1998), e Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1999). Entre 2018 e 2021, foram 229 teses apresentadas, e destas apenas 06 traziam de alguma forma o debate sobre a temática da ética ou da ética profissional.

A escassez também é apresentada por Sousa, Santos e Oliveira (2022) em artigo que trata da dimensão ética na produção do conhecimento do Serviço Social, fazendo aproximações a partir da pós-graduação. No referido artigo, as autoras apresentam uma sistematização parcial de dados da pesquisa feita por elas sobre a produção do Serviço Social acerca da ética e dos direitos humanos. Em um universo de 2.638 dissertações e teses, dos 36 programas de pós-graduação da área no Brasil, no período de 2015 a 2019, apenas 42 tratam da dimensão ética em si, o que demonstra o baixo quantitativo de pesquisas sobre a ética na formação e a necessidade de fomentar esse debate, principalmente através da ontologia, bem como estimular outros pesquisadores a se debruçarem sobre o tema, como é

o caso das autoras desse artigo, que pretendem aprofundar mais sobre a temática a fim de contribuir para a agenda profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou discutir, ainda que de forma aligeirada, a importância da pesquisa e da pós-graduação para a produção de conhecimento, principalmente no que se refere à ética e à ética profissional. A pós-graduação é um valioso espaço para a produção de conhecimento e para o fomento dos periódicos essenciais para a socialização do conhecimento produzido na área do Serviço Social e em áreas afins, em busca de se obter uma formação crítica.

A temática da ética ainda não é tão recorrente em trabalhos, artigos e livros do Serviço Social, o que demonstra a necessidade de buscarmos pesquisá-la, a fim de fomentar o debate e a pesquisa e ressaltar sua importância, principalmente no cotidiano profissional. Ela se expressa como uma das dimensões do próprio Serviço Social, objetivando-se na prática profissional como ação moral, normatizando deveres e valores através do Código de Ética, a partir de teorias que fundamentam a reflexão e a intervenção como ações éticas e políticas. Sendo assim, a nossa ética profissional se objetiva no Código de Ética, atualmente em vigor, o de 1993.

Além de pesquisar sobre a ética e a ética profissional, é necessário empreender tal busca dentro de uma perspectiva crítica e ontológica, respeitando o próprio Código de Ética Profissional de 1993, buscando apreender a ética profissional no movimento da história, fundamentado na razão dialética, na perspectiva de ultrapassar a superficialidade e buscar a sua essência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **História**. 2023c. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/historia-7>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais (CEDEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**: (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária

de 8 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. (Cadernos ABEPSS). Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço social**: Fundamentos Ontológicos. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2018.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética**: Fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRITES, Cristina Maria; BARROCO, Maria Lucia Silva. **Serviço Social e Ética profissional**: fundamentos e intervenções críticas. São Paulo: Cortez, 2022. (Biblioteca Básica de Serviço Social, volume 9).

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**: Lei 88862/93 de Regulamentação da Profissão. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.

COPELLO, Vaniele Soares da Cunha *et al.* Ética e Serviço Social: uma reflexão acerca dos onze (11) princípios fundamentais do Código de Ética da (o) assistente social de 1993 em tempos de resistência. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais** [...]. v. 16 n. 1, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/445>. Acesso em: 26 jan. 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceitualização do serviço social na América Latina. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 24, ano VIII, p. 49-69, 1987.

GUERRA, Yolanda D. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, ano 11, n. 22, p.125-158, jul./dez. 2011.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Sáskya Gonçalves de Lima. A produção de conhecimento na revista Serviço Social e Sociedade sobre os fundamentos da profissão na atualidade. 2020. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba; Campina Grande, 2020.

LOWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MOTA, A. E. 40 Anos da Virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios. /n: MEDEIROS E.; NOGUEIRA L.; BEZERRA L. (org.). **Formação Social e Serviço Social**: a realidade brasileira em debate. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 167-177.

NETTO, José Paulo. **Didadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço social no Brasil Pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015

NETTO, Jose Paulo. Liberdade: o valor ético central de Código (três notas didáticas). /n: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS - RJ. **Projeto Ético Político e Exercício Profissional em Serviço Social**: os princípios do Código de ética articulados à atuação de assistentes sociais Rio de Janeiro, CRESS, 2013, p 20 - 28.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. /n: CEAD; ABEPSS; CFESS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD; ABEPSS; CFESS, 1999. (Módulo 1).

NETTO, José Paulo. Serviço Social e tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbitrio e do autoritarismo. In: /n: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS- RJ. **Projeto Ético Político e Exercício Profissional em Serviço Social**: os princípios do Código de ética articulados à atuação de assistentes sociais Rio de Janeiro, CRESS, p,29- 41

SOUSA, Adrianyce A. Silva. **Lukács e o Serviço Social Brasileiro**. 1. ed. Curitiba: Prisma, 2016.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de; SANTOS, Debora Rodrigues; OLIVEIRA, Deborah Minatelli de. A dimensão ética na produção de conhecimento do Serviço Social: aproximações a partir da pós-graduação. /n: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL- ENPESS, 17., 2022, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0898_0002.pdf. Acesso em: 8maio 2022.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. /n: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRES- RJ. **Projeto Ético Político e Exercício Profissional em Serviço Social**: os princípios do Código de ética articulados à atuação de assistentes sociais, Rio de Janeiro, CRESS, 2013, p 20 - 28.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 27 jan.2022.